

CONTESTAÇÕES**CONCURSO GUARDA CAMARAGIBE-PE****PROVA DE REFERÊNCIA - TIPO 01****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

28. A legislação brasileira estabelece penas rigorosas para os crimes contra a pessoa, visando garantir a proteção e a segurança dos cidadãos. Dependendo da gravidade do delito, as penas podem variar desde detenção até reclusão em regime fechado, sendo que alguns crimes, como o homicídio qualificado, podem resultar em pena de prisão perpétua. Além disso, medidas de proteção à vítima, como medidas cautelares e programas de assistência psicossocial, também são previstas pela lei.

R – Não existe no Brasil crime de prisão perpétua.

Fundamentação: Art. 5º, XLVII

44. O inquérito é uma fase preliminar do processo penal em que são realizadas diligências investigativas para apurar a autoria e a materialidade de um crime. Durante o inquérito, são colhidos depoimentos de testemunhas, realizadas perícias, coletadas provas e evidências, visando embasar uma eventual denúncia pelo Ministério Público ou a propositura de uma ação penal privada. É uma etapa importante para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, permitindo que as partes envolvidas apresentem suas versões e contestem as informações reunidas.

R - O IP é um procedimento administrativo não possui contraditório e ampla defesa

69. O inquérito policial é conduzido pela autoridade policial, geralmente um delegado de polícia, que tem a atribuição legal de presidir a investigação criminal. Essa autoridade tem o poder de realizar diligências, interrogatórios, solicitar quebras de sigilo, entre outras medidas necessárias para esclarecer os fatos investigados. O inquérito é um instrumento de caráter administrativo, mas de extrema importância para a formação da convicção do Ministério Público e do juiz durante o processo penal.

R- O IP tem como uma de suas características ser dispensável. Não se pode afirmar que lelé seja de extrema importância para a convicção do Juiz.

38. O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve três períodos de parlamentarismo: o primeiro, na época do Império, com Dom Pedro II – basta lembrar que Dom Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do Príncipe Regente. O segundo e o terceiro período de parlamentarismo é mais recente. Ele envolveu os anos de 1961-1963, exatamente o período que antecedeu o Golpe Militar.

R- a questão só possui contexto histórico. O aluno é obrigado a saber o tipo de sistema de governo que é adotado no Brasil e não sua evolução histórica.

61. As guardas municipais desempenham um papel fundamental na conscientização e educação ambiental da comunidade, conforme previsto no artigo 70-A da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998). Elas podem realizar ações de patrulhamento e vigilância em áreas naturais, promovendo a preservação dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para a qualidade de vida dos cidadãos e para a conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

R- A questão foi elaborada em um dispositivo que não existe na Lei 9605/98. Como também em nenhum momento a Lei determina tal função ao guarda municipal.

67. O artigo 4º da Lei de Tortura (Lei Federal nº 9.455/1997) estipula que as guardas municipais têm a incumbência de colaborar ativamente na prevenção e repressão da prática de tortura, constituindo-se como agentes essenciais na identificação e denúncia de casos de tortura em âmbito municipal. Essa atribuição fortalece o compromisso das guardas municipais com a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e livre de violência.

R- Em nenhum momento o Art. 4º dá essa competência a guarda municipal.

Art. 4º Revoga-se o [art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente.

70. Conforme o Artigo 2º, § 1º, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990) veda a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, aos acusados de crimes hediondos. Isso significa que, enquanto aguardam julgamento, os indivíduos acusados desses crimes devem permanecer presos preventivamente. Essa disposição é projetada para garantir que os acusados de crimes de extrema gravidade não tenham a oportunidade de fugir, influenciar testemunhas ou continuar a cometer crimes enquanto aguardam julgamento.

R- Em nenhum momento a Lei de crimes hediondos proíbe a liberdade provisória, Com o advento da Lei 11464//2007, que alterou a redação do art. 2º,II, da Lei 8072//90, tornou-se possível a concessão de liberdade provisória aos crimes hediondos ou equiparados, nas hipóteses em que ausentes os fundamentos previstos no art. 312 do CPP. Foi revogado por ir de encontro a Constituição Federal que em seu art. 5º, LXVII.

FUNDAMENTAÇÃO

Lei 8072:

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: [\(Vide Súmula Vinculante\)](#)

I - anistia, graça e indulto;

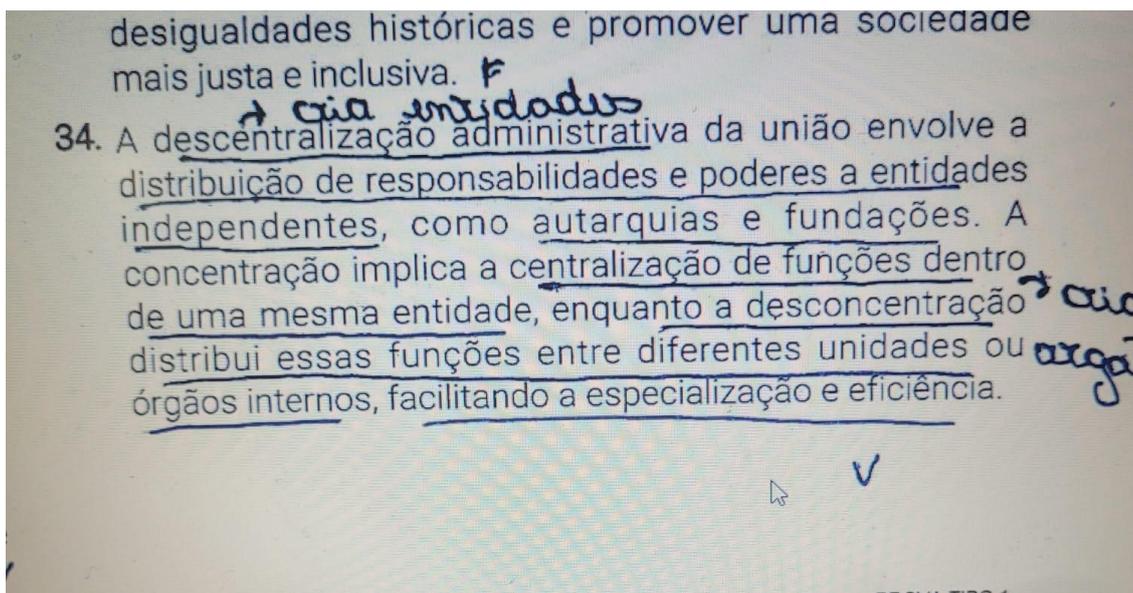
~~II - fiança e liberdade provisória.~~

II - fiança.

CF/88**Art. 5º**

(...)

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;



O erro da questão 34 é afirmar que: **A concentração implica na centralização de funções dentro de uma mesma entidade.**

O correto seria que: A concentração implica na centralização de funções no âmbito de um mesmo **órgão público**, sem que haja subdivisões.

Entidade é dotada de PERSONALIDADE JURÍDICA.

Órgão Público não possui PERSONALIDADE JURÍDICA, e o fenômeno da CONCENTRAÇÃO OU DESCONCENTRAÇÃO se refere a órgãos públicos e não a entidades. A desconcentração é o contrário da concentração e ambos se relacionam com órgão público.

30. O cargo público é estabelecido por meio de legislação específica e pode ter vínculo estatutário ou celetista, dependendo da natureza do órgão ou entidade. Por outro lado, o emprego público segue as normas da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), sendo uma relação contratual dentro do contexto do serviço público. Em contrapartida, a função pública é exercida por agentes políticos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, envolvendo atividades ligadas à representação dos interesses coletivos e ao exercício do poder estatal. Essa distinção entre cargo, emprego e função pública é fundamental para compreender a estrutura do serviço público e as diferentes formas de ingresso e atuação dos servidores. ✓

31. A Teoria Geral dos Direitos Humanos defende que os direitos humanos são conceitos estáticos e imutáveis,

O erro da questão 34 é afirmar que: O cargo Público é estabelecido por meio de legislação específica e **pode ter vínculo estatutário ou celetista**,...

Cargo Público segue o regime estatutário, ou seja, o vínculo é legal. Diferentemente, de quem ocupa um emprego público que o vínculo é contratual, segue as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ademais, a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional no âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal deve adotar o Regime Jurídico Único, ou optar pelo Estatutário ou Celetista. E no caso no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional foi o regime estatutário. Já as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia mista seguem o regime celetista.

Outro ponto é a respeito da Função Pública em que a questão coloca que é exercida por agentes políticos. Essa afirmação acaba limitando o conceito, pois Função Pública é um conjunto de atribuições conferidas as agentes públicos em geral, e não é só dos agentes políticos.

>> LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questões 20, 26, 48, 51, 59, 64 & 66: **Conteúdo NÃO CONSTA NO EDITAL**

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 73

A Formulação do quesito deve ser considerada como VERDADEIRA, pois aponta para uma enumeração NÃO exaustiva, isto é, meramente exemplificativa, dos tipos textuais reconhecidos em Língua Portuguesa. Por tal razão, os TRÊS TIPOS textuais listados na questão (descritivos, narrativos ou dissertativos) não são indicados como únicos, mas APENAS como exemplares do rol integral no qual se inscrevem a descrição, narração, exposição, dissertação, injunção e diálogo. Frise-se, nesse contexto, a semântica resultante da locução verbal PODEM SER, utilizada no comando da questão, cujo ASPECTO MODAL do verbo auxiliar “PODEM” implica sentido de possibilidade, ou seja, de exemplificação, e não de determinação. Nesse contexto, a indagação a ser feita é: Os textos podem ou não podem ser descritivos, narrativos ou dissertativos? A resposta é positiva.

QUESTÃO 83

O comando da questão deve ser considerado VERDADEIRO, pois a menção feita ao fator do domínio da ortografia oficial (como fundamental) foi vinculado à clareza das informações do texto, mas não a sua inteligência (compreensão ou interpretação) de modo geral. Certamente, a ortografia não é condição necessária ao sentido global de um enunciado. Todavia o é quanto à

CLAREZA (UNIDADE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA) das informações escritas, conforme se observa, por exemplo, com o desuso do acento diferencial distintivo entre os tempos presente e pretérito perfeito (modo indicativo) do verbo poder (3ª pessoa do singular): “Ele PODE (presente) realizar seus sonhos”. Anote-se que a ausência de domínio acerca de tal modalidade de acento resultaria em falta de clareza no tocante ao tempo da forma verbal em destaque, em detrimento de “Ele PÔDE (pretérito) realizar seus sonhos”. Acrescentam-se ao

caso ainda frases como: “Ela foi ao CONCERTO de violões.” / “Ela foi ao CONCERTO de violões”.

Aqui, a falta de distinção entre o grafema “S” em oposição ao “C” prejudicaria a clareza do enunciado. Definitivamente, como se pode/pôde observar, o domínio da ortografia é fundamental para a clareza das informações escritas.

77. GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: FALSO

RECURSO: Evidentemente, trata-se de uma questão que abre espaço para opiniões. A afirmação fornecida de fato descreve corretamente o uso e a natureza dos diagramas lógicos. Eles são ferramentas visuais úteis para representar relações entre conjuntos, eventos ou proposições, e facilitam a compreensão e resolução de problemas lógicos. Além disso, os cálculos envolvidos na construção e interpretação desses diagramas são, em geral, de natureza básica, sem a complexidade encontrada em outras áreas da matemática.

O mais correto seria anulação dessa questão.

Contudo, diante do exposto solicitamos a troca do Gabarito para Verdadeiro.

91. GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: VERDADEIRO.

RECURSO: Aqui não há o que discutir, o gabarito é claramente Falso. Basta ver que,

$$A = \{0, 2, 4, 6, 8\}$$

e

$$B = \{2, 3, 5, 7\}.$$

Assim,

$$A \cap B = \{2\}$$

e

$$A \cup B = \{0, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8\}.$$

Contudo, a questão fala que A união B = $\{2, 3, 5, 7\}$.

Portanto, o gabarito Preliminar deve ser trocado para FALSO.

95.

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: FALSO.

RECURSO: É fácil concluir que o item é verdadeiro. Vamos os fatos:

Os conectivos lógicos, como a conjunção (\wedge), são fundamentais na estruturação de argumentos lógicos. Eles permitem combinar proposições individuais (como p e q) de maneira a analisar quando uma afirmação composta é verdadeira ou falsa com base nas condições das proposições individuais.

No caso da afirmação 'O sol está brilhando e está um dia de verão', representada por $p \wedge q$, será verdadeira apenas quando ambas as proposições p ('O sol está brilhando') e q ('Está um dia de verão') forem verdadeiras. Isso é demonstrado através de tabelas de verdade, onde todas as combinações possíveis de verdade ou falsidade para p e q são examinadas, como é de costume.

Além disso, conectivos lógicos como \wedge (conjunção), \vee (disjunção), entre outros, são essenciais não apenas para construir argumentos lógicos válidos, mas também para identificar e corrigir possíveis erros de raciocínio, como falácias lógicas.

Portanto, a compreensão e aplicação adequada de proposições, conectivos lógicos, quantificadores e a identificação de falácias são realmente essenciais para estruturar argumentos lógicos

válidos e evitar erros de raciocínio.

Portanto, o gabarito Preliminar deve ser trocado para VERDADEIRO.

100. GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: VERDADEIRO.

RECURSO: É fácil concluir que o item É FALSO.

Basta ver que de fato $30 = \text{Mínimo Múltiplo Comum de } 2,3,5$. Mas, não é solicitado o MMC, e sim para se avaliar quem/quais são os múltiplos, isto é, números divisíveis por 2,3 e 5. Assim, o 30 é mínimo, mas qualquer múltiplo de 30 também será divisível por 2,3 e 5. A exemplo, temos alguns a seguir {30,60,90,120,...}

Portanto, existem infinitos múltiplos de 2,3 e 5 simultaneamente. Sendo assim, a interseção entre os três conjuntos não é igual a {30}.

Portanto, o gabarito Preliminar deve ser trocado para FALSO.

>GABARITOS Para analisar e com erros:

Informática (questão 98)

Geografia de Camaragibe (89)